

O setor público não está pagando ao setor público

por José Casado
do Rio

As contas nacionais não fecham: a União deve aos estados, que devem à União, que é credora dos municípios, que devem aos estados e à União — todos devedores do setor privado, que deve a todo o setor público.

"E ninguém está pagando a ninguém", constata Guilherme Dias, diretor financeiro da principal agência federal de investimentos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "Até 1990 tínhamos 20 a 30% de inadimplência, agora ninguém paga nada, já estamos próximos dos 100%", acrescenta.

Dias, com outros economistas, políticos e empresários, participou de um seminário da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ontem, no Rio, sobre a dificuldade de se fazer um "encontro de contas" da crise brasileira. "Estamos diante de uma confusão federal, sem precedentes", observa Aspásia Camargo, da Escola Brasileira de Administração Pública.

O desajuste das contas do País, complementa o senador Beni Veras (PSDB-CE), presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, pode ser exemplificado pela única peça de planejamento econômico nacional disponível no momento — o Orçamento para 1993, que nem sequer ainda está aprovado no Congresso.

"O orçamento federal virou fonte de desperdício do dinheiro, seu processo de elaboração está degradando o Parlamento", diz o senador, referindo-se à luta deflagrada entre congressistas por dotações orçamentárias, que redundou

na apresentação de 5 mil emendas para votação em plenário.

A desorganização deu origem à busca incessante de meios para camuflagem de financiamentos obscuros a diferentes segmentos da administração pública, observa Sérgio Werlang, da FGV. "Pouca gente reparou, mas metade da expansão da base monetária no último trimestre de 1992 (172,21% no período) deve-se ao "saneamento" da Caixa Econômica Federal, grande credora das administrações estaduais e municipais."

Operações dessa natureza, na sua análise, escondem uma brutal transferência de passivos dessas administrações para o Tesouro.

Ele é dos que apostam numa solução "de força bruta" para a dívida interna como "único caminho". Argumenta: "São Paulo, Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul impingem o que querem ao País. Numa só operação, em setembro de 1990, o Banespa fez um adiantamento de ICMS ao estado de US\$ 600 milhões e o Banco Central, na época, autorizou a transferência desse passivo para os cofres federais. Pois bem, só essa operação foi maior que a

(Continua na página 6)

Página 6

GAZETA MERCANTIL

• Política 23 MAR 1993

CONTAS PÚBLICAS

O setor público não está pagando...

por José Casado
do Rio
(Continuação da 1ª página)

soma dos passivos de cinco bancos estaduais, de estados pequenos, que o BC mandou fechar naquela época".

A dívida interna cresce, de forma exponencial, "mas, o que é pior, avança em cima de um padrão monetário falso", diz Paulo Rabello de Castro, da FGV. "Estamos diante de um quadro esdrúxulo, no qual uma parte dos beneficiários desse estágio de hiperinflação que está aí adota uma postura passiva, porque a sociedade está deixando acontecer. Se me disserem que, todas as tardes, o Bradesco, o Itaú e o Unibanco, por exemplo, se reúnem para acertar como vão se movimentar para manter a hiperinflação no dia seguinte, eu vou discor-

dar. Eles estão ganhando com ela, mas de forma passiva, porque a sociedade está deixando."

A questão política central que existe em um eventual acerto de contas nacionais é a determinação de quem vai pagar o "rombo", ou melhor, a conta. "Certamente não vão poder ser aqueles que já estão perdendo", completa o empresário Paulo Britto, do grupo Cotia. "Mas isso vai ter que ser colocado na mesa de decisões não muito adiante", prevê Fernando Hollanda, ex-assessor do Ministério do Planejamento, autor da mais recente — e conhecida — proposta governamental para esse encontro de contas, que pode ser sintetizada em uma palavra, "calote". Hollanda, ontem, se apresentou como "o homem que estava por trás do plano do ex-ministro Paulo Haddad".